

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – DIURNO

Larissa Fidélis Soares

**ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS NO BALANÇO SOCIAL: ESTUDO
DE CASO DA ENDESA BRASIL S.A.**

Orientador: Prof. Carlos Adriano Santos Gomes

Fortaleza – CE
Junho / 2015

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS NO BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA ENDESA BRASIL S.A.

Autora: Larissa Fidélis Soares

Orientador: Prof. Carlos Adriano Santos Gomes

RESUMO

A pesquisa envolve a análise da evolução dos investimentos em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da Endesa Brasil S.A., uma das maiores empresas do setor de energia elétrica do país, no período de 2008 a 2013. Tem como objetivo geral avaliar o desempenho social da empresa no período em estudo por meio da análise dos indicadores sociais e ambientais apresentados nos seus Balanços Sociais. Trata-se de pesquisa descritiva, qualitativa, bibliográfica, documental e estudo de caso. Concluiu-se que em torno de 91% dos investimentos em RSC foram provenientes dos recursos destinados aos Indicadores Sociais Externos e que mais de 80% dos valores apresentados nos relatórios estão relacionados com gastos compulsórios. Os indicadores com maior representatividade ao longo do período foram encargos sociais compulsórios, participação nos lucros ou resultados e tributos (excluídos encargos sociais), destacando-se este último como o mais significativo. Os valores de Receita Líquida (RL) apresentaram crescimento expressivo (51,01%), contudo, os investimentos totais em Responsabilidade Social tiveram redução significativa de R\$ 2,04 bilhões em 2008 para R\$ 1,13 bilhões em 2013. Portanto, entende-se que o crescimento da RL não foi acompanhado por maiores investimentos em RSC. Além disso, o Resultado Operacional não teve aumento proporcional, apresentando crescimento de R\$ 1,50 para R\$ 1,67 bilhões, apenas 10,75%.

ABSTRACT

The research involves the analyses of the evolution of investments in Social Corporate Responsibility in Endesa Brasil S.A, one of the largest companies in the electric power sector of the country, from 2008 to 2013. The main purpose is evaluate the social performance of the company during the study period through the analysis of the social and environmental indicators presented in their social balances. It is descriptive, qualitative, bibliographical, documentary and study case. It was concluded that around 91% of investments in CSR came from the resources designated to the External Social Indicators and that over 80% of the values shown in the reports are related to compulsory spending. The indicators most representative over the period were compulsory charges, participation in profit sharing and taxes (excluding social charges), highlighting the last as the most significant. The Net Revenue values showed significant increase (51,01%), however, total investments in Social Responsibility had significant reduction of R\$ 2,04 billion in 2008 to R\$ 1,13 billion in 2013. Therefore, it is understood that the growth of Net Revenue was not followed for greater investments in CSR. In addition, the Operating Profit did not rise in proportion, presenting an increase of R\$ 1,50 to R\$ 1,67 billion, only 10,75%.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social Corporativa. Balanço Social. Desempenho Social.

1. INTRODUÇÃO

Dentro do cenário mundial, em que se destaca a preocupação com os impactos causados ao meio ambiente e à sociedade, sobretudo pelas empresas, torna-se cada vez mais necessário que estas adotem uma atuação voltada para o desenvolvimento sustentável e para a realização de práticas de investimento social, pois atender a esses requisitos é condição cada vez mais necessária para que uma empresa possa subsistir e permanecer no mercado.

É essencial que as empresas promovam iniciativas que busquem restaurar os impactados causados ao meio ambiente e, mais ainda, desenvolvam e realizem projetos voltados para investir em melhorias para a sociedade.

Nesse contexto, destacam-se as empresas do setor elétrico, que apesar de impactarem o ambiente têm papel fundamental dentro das comunidades em que estão inseridas, assumindo importância estratégica no crescimento econômico destas regiões. Essa condição provém da natureza dos serviços prestados, pois a energia elétrica é recurso indispensável para o processo de urbanização e modernização da sociedade, bem como para o desenvolvimento tecnológico e para proporcionar a manutenção e o exercício diário das atividades dos cidadãos e das organizações. Dessa forma, é necessário avaliar se essas empresas têm praticado uma gestão sustentável de seus negócios, aliando as metas de desempenho econômico-financeiro com a adoção de políticas de investimento em Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Nesse sentido, o presente trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como tem evoluído a proporção dos recursos destinados a ações de Responsabilidade Social Corporativa pela Endesa Brasil S.A. nos anos de 2008 a 2013? Para tanto, tem o objetivo de avaliar o desempenho social da Endesa Brasil S.A., uma das maiores empresas do setor de energia elétrica do país, por meio da análise de seus Balanços Sociais.

Para atingir este objetivo geral foram determinados três objetivos específicos: i) mensurar a evolução dos indicadores de RSC apresentados nos Balanços Sociais da Endesa Brasil ao longo do período estudado; ii) identificar quais indicadores apresentaram maior relevância e materialidade nos Balanços Sociais dos anos analisados; e iii) analisar a relação entre o desempenho econômico e o montante de investimentos destinado ao desenvolvimento de práticas e projetos de RSC pela Endesa Brasil no decorrer do período em estudo.

A pesquisa se justifica com base na necessidade de avaliar se a Endesa Brasil S.A., *holding* de empresas nacionais que atuam em toda a cadeia de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, tem efetivamente desenvolvido ações que visem minimizar os impactos causados por sua atuação nos meios ambiente e social e, além disso, propiciar melhores condições de vida e desenvolvimento para a sociedade.

A estrutura do artigo consiste, além desta introdução, em uma revisão de literatura sobre Responsabilidade Social Corporativa e Balanço Social, além da apresentação dos índices utilizados para análise desse demonstrativo contábil. Por fim, são apresentadas as conclusões seguidas das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Responsabilidade Social Corporativa

As novas articulações sociais e econômicas afetam a forma de pensar e fazer negócios, a estruturação das empresas, a maneira como elas se inserem na sociedade e suas relações com esta, fazendo emergir um novo modo de enxergar seu papel e função sociais, modificando as expectativas sobre sua atuação e a forma como os próprios gestores as percebem e concebem na sociedade ao buscarem se adaptar às novas exigências do mercado.

Em meio a essas mudanças, surge o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), o qual também tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, com vários autores e correntes acadêmicas discutindo inúmeros aspectos, motivações e definições diferentes. Alguns conceitos existentes são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Definições de responsabilidade social corporativa

Autor	Conceito
Instituto Ethos (2000)	RSE é uma atuação baseada em princípios éticos elevados, nos seus vários relacionamentos com o meio interno e externo, impactados pela atividade produtiva, a saber: funcionários, meio ambiente, fornecedores, consumidores, acionistas, comunidade, governo e sociedade em geral.

Oliveira (1984)	Para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa a ética; e para outros, ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitam que a RSE seja, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, RSE é tudo isso, embora não seja, somente, esses itens isoladamente.
Holanda <i>et al.</i> (2012)	Comprometimento voluntário das organizações com o desempenho de atividades que, direta ou indiretamente ligadas ao seu objeto social, contribuam para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais saudável.
<i>World Business Council for Sustainable Development</i> (The World Bank, 2002).	RSE é o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

A Responsabilidade Social das empresas está ligada a todas as características descritas nesses conceitos, todavia, não se restringe a nenhum deles. De forma geral, segundo Soares (2004), a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) se assenta sobre três pilares: a ética empresarial, a preservação dos recursos naturais e o respeito aos trabalhadores.

Há no meio acadêmico ideias e argumentos diferentes, embora algumas vezes convergentes, com relação à percepção da importância, da necessidade e dos benefícios da implementação da responsabilidade social como alicerce das práticas e formas de atuação das empresas na sociedade, em diversos aspectos. De forma exemplificativa, alguns autores e seus posicionamentos com relação ao tema foram compilados e resumidos no Quadro 2:

Quadro 2 – Argumentos teóricos relacionados à temática

Autor	Linha de pensamento	Argumentos
Levitt (1958)	Posicionamento contrário à RSC, com base na função institucional das organizações	Existem outras instituições na sociedade, como o governo, as igrejas, os sindicatos e as organizações sem fins lucrativos que exercem as atribuições da RSC. Os administradores não possuem habilidades e/ou tempo para exercer ações públicas.
Carroll (1991)	Pirâmide da responsabilidade social corporativa	A RSC possui quatro dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica; todas surgidas a partir das expectativas da sociedade.
Boatright (2013)	<i>Corporate Responsiveness</i> (Responsividade Social)	Usar os recursos para antecipar as questões sociais e desenvolver políticas, programas e outros meios de lidar com eles. Gestão dessas questões integrada ao plano estratégico.
Garay (2001)	Estratégia de <i>marketing</i>	A RSC garante um diferencial competitivo e consolida uma imagem corporativa favorável junto aos clientes e aos trabalhadores.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Os motivos impulsionadores ou as estratégias envolvidas na adoção de uma política de RSC são particulares e específicos de cada empresa, contudo, os efeitos e as repercussões provenientes de uma postura socialmente responsável vão além do controle destas e englobam todos os aspectos discutidos nas mais diversas teorias.

Discute-se que a responsabilidade das empresas deve ir além de medidas corretivas dos impactos causados por sua atuação ao meio ambiente e social, visando também ações preventivas ou antecipatórias, decorrentes de percepções pró-ativas ou estratégicas. Contudo, questiona-se que o engajamento e a preocupação com outras responsabilidades que não as que direcionam à maximização dos lucros (função objetivo), desvie ou atrapalhe o alcance de seu objetivo principal, motivo e razão de sua existência, de proporcionar o melhor retorno econômico-financeiro para os proprietários ou acionistas.

A atuação das empresas orientada para a RSC não implica que a gestão empresarial abandone os seus objetivos econômicos e deixe de atender aos interesses de seus proprietários e acionistas. Entretanto, cumprir o papel econômico não é mais suficiente, a gestão das empresas é responsável também pelos efeitos de sua operação e atividades na sociedade (BORGES, 2001). Portanto, para atingir seu objetivo principal é preciso que a empresa busque formas de conciliar e suprir esses outros objetivos, os quais são, na verdade, condição e caminho para que possam ser criadas e aproveitadas oportunidades de atingi-lo.

De acordo com relatório publicado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES, 2000) a adoção de uma postura pró-responsabilidade social parece indicar que há ganhos tangíveis para as empresas, sob a forma de fatores que agregam valor, reduzem custos e aumentam a competitividade, tais como: melhor imagem institucional; estímulos a melhorias e inovações nos processos produtivos; incremento na demanda por produtos, serviços e marcas; ganho de participação de mercados; entre outros. Nessa perspectiva, a RSC configura-se como diferencial competitivo capaz de agregar valor à empresa.

As noções de RSC, portanto, passam a integrar todos os setores e âmbitos das empresas, sendo desenvolvida em consonância com as atividades principais da organização, de forma que possa contribuir para o melhor desempenho da entidade, permitindo que ela atinja seus objetivos e supra as necessidades de todos os seus *stakeholders*.

Nesse perfil de implementação de práticas de RSC é interessante destacar as entidades que pertencem ao setor elétrico, especialmente as geradoras e distribuidoras, pois, uma vez que a energia elétrica é recurso indispensável para o processo de urbanização e modernização da sociedade, para o desenvolvimento tecnológico e para a manutenção e o exercício diário das atividades dos cidadãos e das organizações, essas empresas assumem papel de destaque no que concerne às práticas que visam diminuir ou compensar os impactos causados ao ambiente natural e à sociedade em função de sua atuação, por exemplo, pela construção de usinas termelétricas e hidrelétricas e pela instalação de redes de distribuição.

2.2. Balanço Social

A informação, como principal fonte geradora de conhecimento, passou a ser, a partir da metade do último século, o bem mais importante do novo mercado. Nesse sentido, no âmbito das organizações, houve um aumento significativo da quantidade de informações exigidas pelos usuários das demonstrações contábeis, bem como uma diversificação do tipo de informação requerida por estes, principalmente em função da ampliação do conjunto de *stakeholders* envolvidos com as empresas.

Desde a década de 1960, com o destaque crescente que passou a ser dado às questões ambientais e de responsabilidade social, esses novos grupos de usuários, compostos por credores, empregados, clientes, fornecedores, parceiros, investidores e sociedade em geral, passaram a cobrar, além de informações econômicas, informações sobre a atuação e o desempenho social das empresas.

Nesse contexto, surge um novo relatório contábil denominado Balanço Social, que segundo Iudícibus *et al.* (2010, p. 7): “[...] busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”. De acordo com Tinoco (2001, p. 14) o Balanço Social pode ser entendido como: “[...] um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

Há, além destas, outras definições de Balanço Social no meio acadêmico, em que os autores buscam conceituá-lo sob o prisma de diferentes aspectos, seja pelo tipo e qualidade

das informações que evidencia, seja pela importância gerencial que assume nas entidades, exercendo papel de auxílio à gestão dos recursos, das atividades e dos desempenhos econômico, financeiro e social.

O primeiro Balanço Social surgiu na França, em 1972, e foi elaborado pela empresa Singer, e evidenciava basicamente aspectos sociais relacionados a recursos humanos (SOUZA e PIMMEL, 2013, p. 5). No Brasil, o primeiro documento do gênero foi elaborado em 1984, pela Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia. No mesmo período, foram publicados também, o Balanço Social do Sistema Telebrás e o do Banespa (1992), compondo a lista das empresas precursoras em Balanço Social no Brasil (IBASE, 2014).

No âmbito internacional, o modelo desenvolvido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), entidade sem fins lucrativos, tem ganhado cada vez mais importância. De acordo com o Instituto Ethos (2007, p. 7) a GRI é uma rede internacional, lançada em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em conjunto com a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Ceres) ou Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis, entidade norte-americana que reúne 1.500 especialistas e organizações, entre elas ONGs, empresas e universidades.

O modelo apresentado pela GRI consiste de princípios e orientações para a elaboração dos relatórios, assim como de diretrizes para o estabelecimento do conteúdo, orientados por meio dos indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, os quais orientam e padronizam as informações mínimas que devem constar dos itens descritivos, de forma que a organização apresente dados que contextualizem melhor e facilitem a compreensão do seu desempenho em um tema específico (CÚSTODIO, 2007).

No Brasil, os primeiros balanços sociais foram divulgados na década de 1980, seguindo um modelo sugerido pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES). A iniciativa, porém, só ganharia visibilidade em 1997, quando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) elaborou um modelo único e simplificado de balanço, e o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, iniciou uma campanha pela divulgação voluntária do balanço pelas empresas (IBASE, 2014).

A partir de então algumas empresas passaram a dar maior importância a esta questão e a divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e aos funcionários (IBASE). Em 1998, foi criado o Instituto Ethos de Responsabilidade, que desde 2001 também vem produzindo e atualizando seu guia de orientação para a elaboração de balanço social (INSTITUTO ETHOS, 2007).

De forma geral, os modelos de Balanço Social convergem para a concepção de que este é um relatório contábil que deve ser utilizado como instrumento estratégico de planejamento e que busca evidenciar, além dos dados relacionados às obrigações legais, os valores de investimentos em ações direcionadas a diferentes grupos envolvidos na atividade da empresa ou afetados por esta, para que os usuários possam ter conhecimento sobre as práticas de caráter ambiental e social realizadas pela empresa e analisar a evolução de seu desempenho social em consonância com a de seu desempenho econômico.

No Brasil, não é obrigatória a elaboração e publicação do Balanço Social pelas empresas, como também não há um modelo padrão definido em lei a ser adotado e publicado por estas, salvo por algumas exceções, como as empresas do setor de energia elétrica, que por recomendação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) devem publicar o balanço e seguir o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

2.2.1. O modelo IBASE

O modelo Ibase foi lançado em 1997 e teve sua última atualização em 2009, em que o

Instituto declarou que não haverá novas atualizações. Segue o formato dos balanços financeiros e tem como principais características a comparabilidade, a simplicidade e o fácil entendimento.

Constitui-se, essencialmente, em uma ferramenta de transparência e prestação de contas. Elaborado no formato de uma planilha, apresenta dois exercícios anuais da empresa e é composto por 43 indicadores quantitativos, referentes a informações sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais; e oito indicadores qualitativos de múltipla escolha, relacionados a dados e informações mais abrangentes sobre como a empresa gere suas ações de responsabilidade social, sendo todos os indicadores organizados em sete categorias (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Engloba os itens mais importantes que devem ser apresentados em um Balanço Social, expondo, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros. Também detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas — educação, cultura, saúde e etc. (INSTITUTO ETHOS, 2007).

De forma sistemática, o Balanço Social do Ibase apresenta, inicialmente, três informações financeiras que compõe a base de cálculo de todos os indicadores, sendo estas a receita líquida, o resultado operacional e a folha de pagamento bruta. Posteriormente, os indicadores são segregados conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Indicadores do modelo de balanço social do IBASE

Indicadores	Objetivos
Indicadores sociais internos	Incluem todos os investimentos voluntários e obrigatórios da empresa em benefício de seus empregados.
Indicadores sociais externos	Referem-se aos investimentos da empresa que têm a sociedade como beneficiária, segregando-se entre valores pagos de Tributos e Contribuições Voluntárias para a sociedade (educação, cultura, esporte e outros).
Indicadores ambientais	Relacionados a investimentos que visam mitigar ou compensar os impactos ambientais causados pela empresa e também àqueles que têm como objetivo permitir a melhoria da qualidade ambiental. Incluem também informações sobre projetos e ações não relacionadas com a operação ou produção e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento de metas anuais de eco eficiência.
Indicadores do corpo funcional	Identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público interno, no que concerne à qualidade das relações de trabalho.
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Referem-se a uma série de ações empresariais relacionadas aos públicos de interesse da empresa, com grande ênfase no público interno, apresentando algumas das diretrizes e processos desenvolvidos na empresa no que diz respeito a suas políticas e práticas de responsabilidade social, trazendo como elementos, prioritariamente, questões da gestão empresarial.
Outras informações	Devem reunir dados relevantes para a compreensão de como as práticas de RSC são incorporadas pela organização, dentre outras informações complementares, numéricas ou descritivas.

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (2007).

Complementarmente à elaboração do modelo, o Ibase lançou, em 1998, o selo social Ibase/Betinho, conferido a todas as empresas que publicassem o balanço social no modelo

sugerido pela instituição, visando dar uma certificação do compromisso das empresas com a responsabilidade social. Atualmente, o modelo do balanço social desenvolvido pelo Ibase continua disponível para as empresas que desejarem utilizá-lo. Todavia, a distribuição do selo Ibase/Betinho foi suspensa em 2008 (IBASE, 2014).

Além do modelo descrito, o qual é direcionado para médias e grandes empresas, o Ibase também desenvolveu, em parceria com diversas organizações, outros modelos de balanço social: um específico para micro e pequenas empresas; um para cooperativas; e outro para instituições de ensino, fundações e organizações sociais sem fins lucrativos (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Com relação à certificação social, algumas normas internacionais vêm sendo criadas por órgãos ou instituições específicas, principalmente organizações não governamentais e organismos multilaterais, visando desenvolver e consolidar um conjunto de padrões e indicadores aceitáveis e auditáveis no que se refere aos aspectos éticos e de responsabilidade social.

Assim como as Normas ISO 9.000 e ISO 14.000 certificam empresas por sua capacidade gerencial (qualidade do processo de produção) e pelo respeito ao meio ambiente, existem as Normas BS 8.800 e a SA 8.000 que certificam, respectivamente, as empresas que dão garantias adequadas para a segurança e a saúde do trabalhador e as que respeitam os direitos humanos e trabalhistas (BNDES, 2000, p. 15-16).

2.3. Índices (Quocientes) de Análise do Balanço Social

Segundo Athar Neto (2006) é indispensável que sejam utilizados índices na análise do Balanço Social, uma vez que os recursos evidenciados nessa demonstração são apresentados apenas de forma bruta. Portanto, os índices calculados a partir da relação entre os grupos de indicadores do Balanço proporcionam uma interpretação mais detalhada das informações apresentadas. O autor propõe 8 grupos de índices, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Grupos de Índices de Análise do Balanço Social

Grupo	Denominação
GPRV	Grau de Participação da Receita Líquida de Vendas
GPRO	Grau de Participação do Resultado Operacional
GPIS	Grau de Participação dos Indicadores Sociais e Ambientais
RISI	Relação dos Indicadores Sociais Internos
RISE	Relação dos Indicadores Sociais Externos
RISA	Relação dos Indicadores Ambientais
RICV	Relação dos Indicadores Compulsórios e Voluntários
RIL	Relação dos Indicadores Laborais

Fonte: Adaptado de Souza e Pimmel (2013) e Athar Neto (2006).

Os grupos apresentados no Quadro 4 são subdivididos em 15 índices específicos, detalhados no Quadro 5:

Quadro 5 – Detalhamento dos Índices de Análise do Balanço Social

Grupo/Índice	Fórmula	Significado (Relações)
GPRV 1	(Indicadores sociais internos + Indicadores sociais externos + Indicadores ambientais) / Receita líquida venda	Investimento em responsabilidade social em relação à receita de vendas.
GPRO 2	Resultado Operacional / (Indicadores sociais internos + Indicadores sociais externos + Indicadores ambientais)	Retorno econômico proporcionado pelos investimentos em responsabilidade social.
GPIS 3	Indicadores Sociais Internos / (Indicadores sociais internos + Indicadores sociais externos + Indicadores ambientais)	Proporção dos investimentos sociais internos no total investido em responsabilidade social.
GPIS 4	Indicadores sociais externos / (Indicadores	Proporção dos investimentos sociais externos

	sociais internos + Indicadores sociais externos + Indicadores ambientais)	no total investido em responsabilidade social.
GPIS 5	Indicadores Ambientais/ (Indicadores sociais internos + Indicadores sociais externos + Indicadores ambientais)	Proporção dos investimentos ambientais no total investido em responsabilidade social.
RISI 6	Indicadores laborais / Indicadores sociais internos	Proporção dos indicadores laborais no total investido em indicadores sociais internos.
RISI 7	Remuneração indireta / Indicadores sociais internos	Proporção remuneração indireta no total investido em indicadores sociais internos.
RISE 8	Tributos / Indicadores sociais externos	Proporção dos tributos no total dos indicadores externos.
RISE 9	Contribuições para a sociedade / Indicadores sociais externos	Proporção das contribuições à sociedade no total dos indicadores externos.
RISA 10	Investimentos relacionados com a produção / Investimento total em meio ambiente	Proporção dos investimentos na produção no total investido em meio ambiente.
RISA 11	Investimentos em programas externos / Investimento total em meio ambiente	Proporção investimento em Programas Externos na Produção no Total de Investimento em meio ambiente.
RICV 12	Indicadores sociais compulsórios / Total investimento social	Proporção de Indicadores Sociais Compulsórios no total do investimento social.
RICV 13	Indicadores sociais voluntários / Total investimento social	Proporção de indicadores sociais voluntários no total do investimento social.
RIL 14	Folha de pagamento bruta / Receita líquida vendas	Proporção receita total alocada como remuneração aos colaboradores.
RIL 15	Participação nos lucros / Resultado operacional	Proporção do resultado que foi distribuído aos colaboradores.

Fonte: Adaptado de Souza e Pimmel (2013) e Athar Neto (2006).

Compreende-se que cada grupo de índices propõe uma análise dos indicadores do Balanço Social sob uma perspectiva diferente, ao passo que cada índice mais específico subdivide a análise do grupo para cada tipo de indicadores.

3. METODOLOGIA

Beuren (2012), ao considerar as particularidades dos estudos da Contabilidade enfoca os tipos de pesquisas que acredita serem mais aplicáveis a esta área do conhecimento, agrupando-os em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos; pesquisa quanto aos procedimentos; e a pesquisa quanto à abordagem do problema.

De acordo com tal enfoque a pesquisa pode ser classificada, quanto ao seu objetivo como descritiva, pois busca analisar, a partir dos dados apresentados nos balanços sociais da Endesa Brasil S.A., a efetividade e a evolução das práticas de Responsabilidade Social Corporativa desenvolvidas pela empresa durante o período estabelecido para estudo.

Segundo Gil (2011) uma pesquisa descritiva têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo uma de suas principais características a utilização de técnicas de coleta de dados padronizadas.

Com relação aos procedimentos efetuados para realizar a pesquisa, pode-se enquadrá-la como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Na pesquisa bibliográfica, com o objetivo de dar suporte às conclusões e análises feitas, necessitou-se realizar previamente uma revisão de literatura sobre o tema, embasando-se em artigos, livros, periódicos, teses e outras fontes de pesquisa acadêmicas.

A pesquisa, ao analisar particularmente a empresa Endesa Brasil S.A., concentrou-se no estudo de um caso específico, o que a configura como estudo de caso. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de realidade, seguindo-se um conjunto de

procedimentos pré-especificados. Caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado.

Além disso, para realizar as análises e atingir ao objetivo da pesquisa foram coletados e examinados os Balanços Sociais da Endesa Brasil S.A. referentes aos anos de 2008 a 2013, o que caracteriza o estudo como documental, uma vez que se utilizou da análise de documentos. Conforme Gil (2011), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, considerando-se como documentos qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno.

Trata-se ainda de pesquisa de natureza qualitativa, porque visa a uma análise mais profunda do caso em estudo, por meio de interpretações sobre o comportamento dos dados e sobre as relações entre estes. Richardson *et al.* (2012, p. 80) explica que “[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

A análise dos dados coletados, ou seja, a interpretação dos valores apresentados nos Balanços Sociais foi feita por meio de Análise Vertical e Análise Horizontal de cada um dos indicadores em todos os anos do período estudado. Além disso, para complementar o entendimento sobre as relações e variações desses indicadores, foram utilizados os Índices de Análise do Balanço Social propostos por Athar Neto (2006).

Os valores calculados foram agrupados em gráficos e tabelas com o intuito de permitir uma melhor visualização das considerações e observações apresentadas, bem como sintetizar todas as informações que foram extraídas dos Balanços Sociais por meio das análises e índices comentados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos balanços sociais dos anos de 2008 a 2013 da Endesa Brasil S.A. foi feita análise da evolução dos investimentos em responsabilidade social realizados ao longo do período pela empresa.

A Endesa Brasil S.A foi criada em 2005 e compõe o Grupo Enel, uma companhia multinacional. Emite relatórios de sustentabilidade desde 2006, mas iniciou a publicação do Balanço Social em 2008.

A análise dos investimentos sociais foi feita por meio de três vertentes: variação dos valores brutos dos indicadores ao decorrer dos anos (análise horizontal); variação do percentual de participação de cada indicador com relação à Receita Líquida anual (análise vertical); e índices de análise do balanço social, apresentados no referencial teórico. Além disso, foi feita segregação das análises horizontal e vertical por tipo de indicadores com o intuito de facilitar a interpretação de cada um desses aspectos para cada conjunto de indicadores do Balanço Social, sendo apresentados na seguinte ordem: indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e indicadores ambientais.

É importante destacar que se utilizou a Receita Líquida como base para os cálculos de Análise Vertical, pois o modelo de Balanço Social do IBASE, que é o utilizado pela empresa em estudo, apresenta-a como uma das bases de referência.

4.1. Indicadores Sociais Internos (ISI)

Os indicadores sociais internos referem-se aos investimentos destinados aos colaboradores da empresa. Segue abaixo o percentual anual de cada indicador em relação à Receita Líquida (RL):

Tabela 1 – Análise Vertical dos Indicadores Sociais Internos

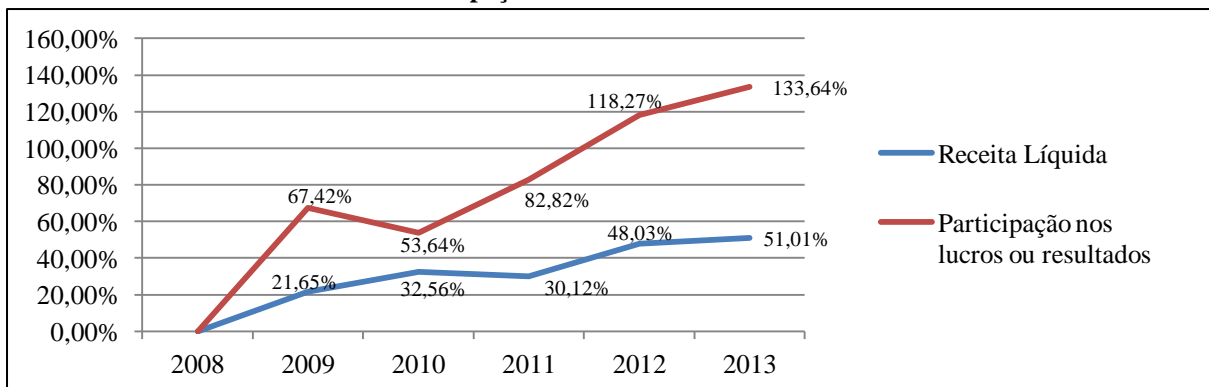
Indicadores Sociais Internos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Sociais Compulsórios	1,23%	1,01%	1,02%	1,23%	1,10%	1,15%
Participação nos lucros ou resultados	0,29%	0,41%	0,34%	0,41%	0,43%	0,46%
Saúde	0,38%	0,34%	0,33%	0,37%	0,39%	0,19%
Alimentação	0,31%	0,26%	0,23%	0,26%	0,25%	0,25%
Previdência privada	0,31%	0,18%	0,21%	0,19%	0,11%	0,11%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,14%	0,09%	0,09%	0,07%	0,08%	0,11%
Outros	0,16%	0,08%	0,06%	0,04%	0,03%	0,03%
Cultura	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	0,03%	0,02%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
Segurança e Saúde no Trabalho	0,03%	0,03%	0,03%	0,04%	0,01%	0,03%
Educação	0,02%	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	0,01%
TOTAL	2,93%	2,43%	2,37%	2,68%	2,45%	2,36%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

Verifica-se que os valores de Encargos Sociais Compulsórios detêm os maiores percentuais de participação na RL em todos os anos, apesar de terem apresentado queda de 1,23% em 2008 para 1,15% em 2013, chegando a cerca de 1% em 2009. Os valores de Participação nos Lucros aparecem logo em seguida, com um crescimento de 0,29% em 2008 para 0,46% em 2013. Esses indicadores, apesar de serem compulsórios, são apresentados no balanço social porque estão relacionados a recursos que são recolhidos em benefício dos empregados.

Os recursos destinados a aspectos relacionados com a Saúde dos trabalhadores se mantiveram em média em torno de 0,36% nos anos de 2008 a 2012, contudo, apresentaram redução expressiva para 0,19% em 2013. Já os valores de Alimentação iniciaram em torno de 0,31%, mas diminuíram para 0,25% nos demais anos. Os recursos de Previdência Privada, por sua vez, reduziram progressivamente no período, passando de 0,31% em 2008 para 0,11% em 2012 e 2013. Os investimentos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional apesar de terem reduzido sua participação de 2009 a 2012, cresceram em 2013, atingindo em torno de 0,11% da receita, percentual próximo aos 0,14% em 2008. Os demais indicadores apresentaram percentuais em torno de 0,05% ao longo de todos os anos, exceto por Outros, que apresentou um percentual de 0,16% em 2008.

Com relação à evolução percentual dos valores investidos em cada indicador foi feita segregação em dois gráficos, distinguindo os indicadores que se relacionam diretamente com o comportamento da Receita Líquida (RL) daqueles que estão ligados à variação das despesas de Folha de Pagamento Bruta (FPB), conforme segue:

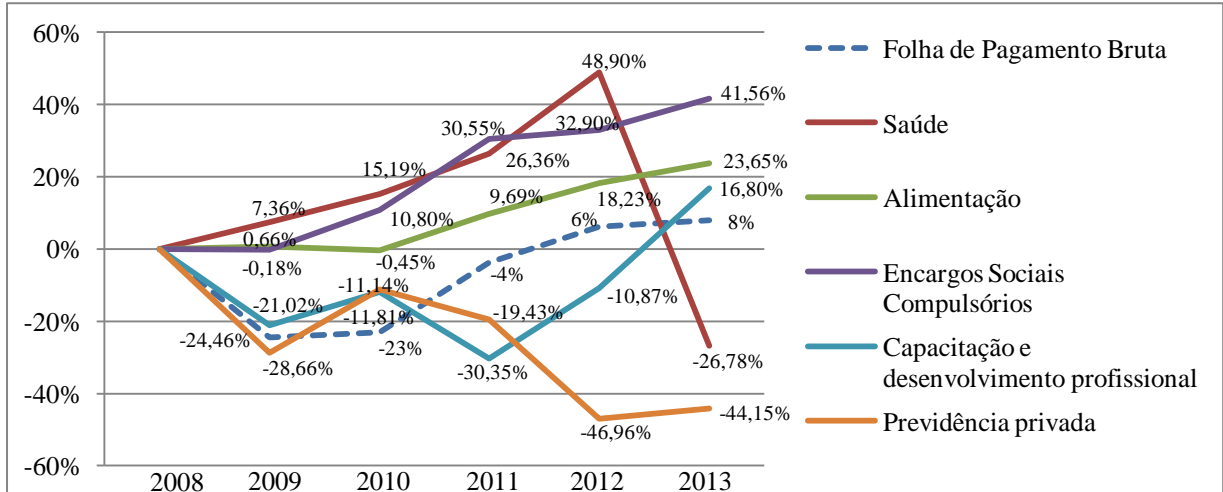
Gráfico 1 – Análise Horizontal de Participação nos Lucros ou Resultados

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

De acordo com o gráfico, observa-se que os valores de Participação nos Lucros apresentaram um forte crescimento no período em análise atingindo uma variação positiva de 134% em 2013 quando comparado a 2008, o que representa o aumento de R\$ 14,89 milhões em 2008 para R\$ 34,78 milhões em 2013. Nota-se que essa variação acompanhou a evolução da Receita Líquida, que cresceu em torno de 50% de 2008 a 2013.

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos outros indicadores sociais internos e das despesas de folha de pagamento. É importante destacar que estão sendo apresentados apenas os indicadores de maior relevância de acordo com a análise vertical.

Gráfico 2 – Análise Horizontal dos Outros Indicadores Sociais Internos



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Os valores relativos à Saúde, apesar de terem apresentado o maior crescimento entre eles até 2012, atingindo aumento de cerca de 50% nesse ano, tiveram uma queda significativa em 2013, com uma diminuição de 27% quando comparado a 2008. Essa queda dos valores de Saúde no último ano vai de encontro com o aumento de 8% apresentado pela FPB.

Os valores de Encargos Sociais Compulsórios apresentaram crescimento a partir de 2009, chegando ao aumento de 41,56% em 2013, apesar dos valores de FPB terem crescido apenas em 2012 e 2013, quando comparados a 2008. Os investimentos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional foram os que tiveram comportamento mais semelhante à FPB, demonstrando uma queda de 30% até 2011, mas crescendo a 16,8% em 2013.

4.2. Indicadores Sociais Externos (ISE)

Esses indicadores referem-se aos investimentos feitos pela empresa em projetos e programas voltados para o desenvolvimento da sociedade, bem como aos valores recolhidos de outros tributos. Na tabela abaixo são apresentados os percentuais de participação de cada indicador no total da receita a cada ano, permitindo avaliar se esses investimentos cresceram de forma correspondente ao aumento da Receita Líquida no período.

Tabela 2 – Análise Vertical dos Indicadores Sociais Externos

Indicadores Sociais Externos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Educação	0,10%	0,13%	0,15%	0,14%	0,06%	0,07%
Cultura	0,26%	0,20%	0,25%	0,28%	0,19%	0,20%
Esporte	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%	0,00%	0,01%
Outros	5,45%	1,98%	3,34%	2,05%	1,70%	4,06%
Total das contribuições para a sociedade	5,82%	2,32%	3,75%	2,48%	1,96%	4,34%
Tributos (excluídos encargos sociais)	40,29%	49,77%	48,57%	49,45%	23,84%	14,80%
TOTAL	46,11%	52,09%	52,32%	51,93%	25,79%	19,14%

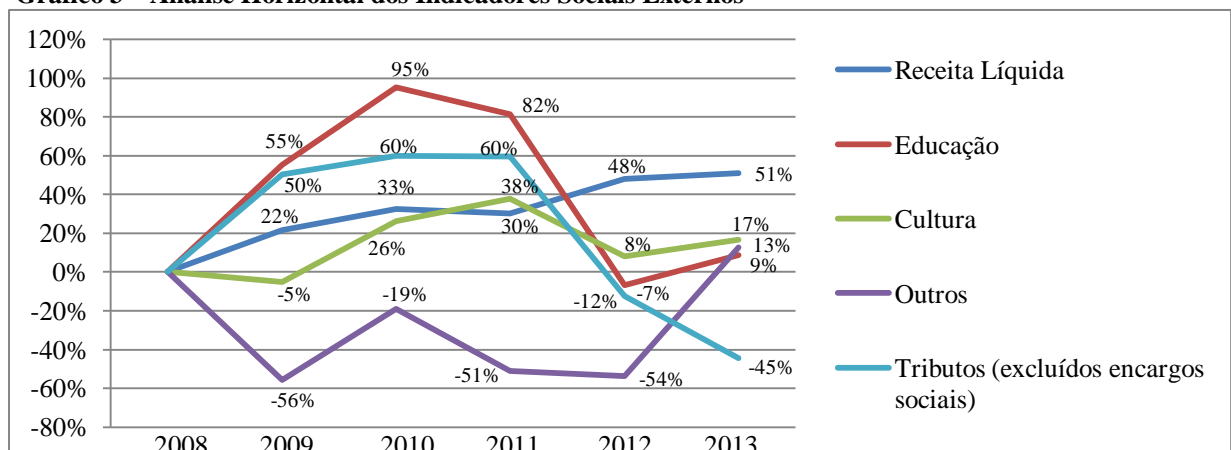
Fonte: Elaborada pela autora (2015).

A partir da análise da Tabela 2 pode-se verificar que os valores de Tributos (excluídos encargos sociais) apresentaram um alto percentual de participação em relação à receita, chegando a quase 50% (R\$ 3,25 bilhões) em 2011. Contudo, houve uma redução expressiva nos anos de 2012 e 2013, caindo para 23,84% (R\$ 1,78 bilhões) e 14,80% (R\$ 1,13 bilhões), respectivamente. Esse indicador busca demonstrar se a empresa está cumprindo ou não com as suas obrigações tributárias, o que também se constitui como uma prática de RSC, pois esses recursos são recolhidos com o propósito de serem investidos na manutenção e promoção de melhores condições sociais.

Os recursos destinados a Outros apresentaram redução de 5,45% em 2008 para 1,70% em 2012, mas voltaram a crescer em 2013, atingindo o percentual de 4,06%. Vale ressaltar que não há detalhamento ou especificação nos Relatórios e Balanços Sociais de quais são os indicadores que compõe os valores designados de Outros. Já os investimentos em Educação e Cultura não tiveram percentuais expressivos de participação na receita, permanecendo em torno de 0,11% e 0,23%, respectivamente, ao longo do período.

O Gráfico 3 permite avaliar a evolução desses indicadores. Vale destacar que os valores de Esportes não foram apresentados em função de sua irrelevância quando comparados à receita líquida.

Gráfico 3 – Análise Horizontal dos Indicadores Sociais Externos



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Verifica-se que os valores de Tributos, conforme destacado anteriormente, apresentaram redução significativa, saindo de um aumento de 60% em 2010 e 2011 para uma diminuição de 45% até 2013, à medida em que a Receita Líquida permaneceu aumentando ao longo dos anos. Os valores investidos em Educação cresceram de 2008 a 2011, atingindo em torno de 95% em 2010. Contudo, tiveram redução de 7% em 2012, apresentando um crescimento de apenas 9% em 2013. Os valores destinados a Outros, por outro lado, demonstraram reduções em torno de 50% de seu valor inicial até 2012, apresentando um leve aumento de 13% em 2013. Já os investimentos em Cultura tiveram um crescimento total de 17% em 2013.

4.3. Indicadores Ambientais (IA)

Os indicadores ambientais referem-se aos investimentos feitos pela empresa com o objetivo de promover a preservação do meio ambiente, seja por iniciativa própria ou para compensar os danos causados por suas atividades. Representam, portanto, as ações da empresa para atingir o desenvolvimento sustentável. A Tabela 3 permite analisar se esses investimentos têm sido realizados de forma proporcional ao crescimento da RL.

Tabela 3 – Análise Vertical dos Indicadores Ambientais

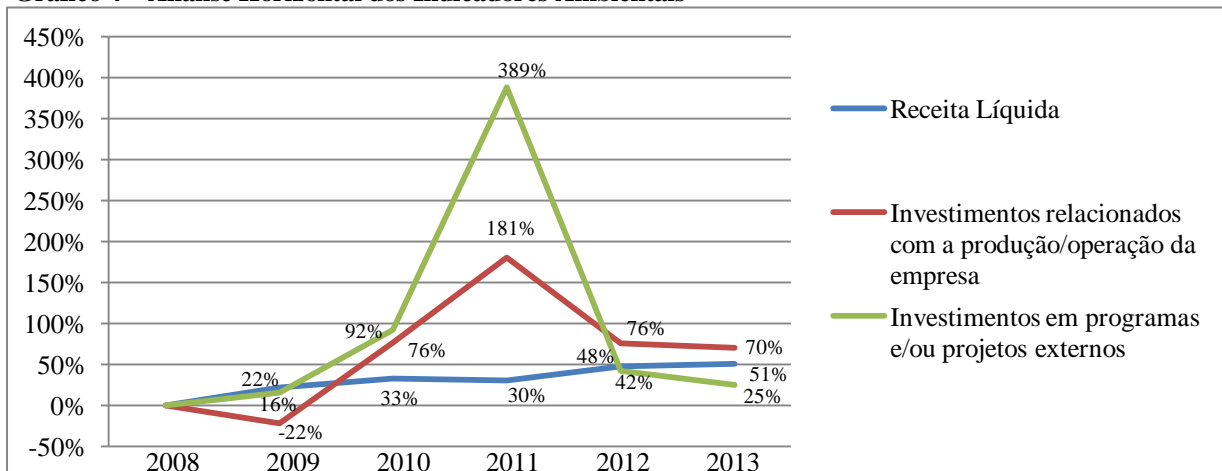
Indicadores Ambientais	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	0,59%	0,38%	0,79%	1,28%	0,71%	0,67%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,34%	0,33%	0,50%	1,29%	0,33%	0,28%
TOTAL	0,94%	0,71%	1,29%	2,57%	1,03%	0,95%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

Observa-se que os Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, que são aqueles realizados para diminuir ou compensar os impactos das atividades ao meio ambiente, aumentaram sua participação na RL de 0,59% em 2008 para 0,67% em 2013, tendo um pico de 1,28% em 2011. Contudo, esses percentuais representam uma parcela muito pequena da mesma.

Com relação aos Investimentos em programas e/ou projetos externos, direcionados a outras ações da empresa para beneficiar o meio ambiente que não estejam diretamente relacionadas com a sua atividade-fim, verifica-se que se mantiveram em torno de 0,30% na maioria dos anos, apesar de terem atingido os percentuais de 0,50% em 2010 e 1,29% em 2011.

O Gráfico 4 demonstra que apesar da pequena representatividade desses indicadores nos valores totais da Receita Líquida, eles tiveram aumento significativo ao longo do período:

Gráfico 4 – Análise Horizontal dos Indicadores Ambientais

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Verifica-se que os Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa tiveram um crescimento de 181% em 2011, variando de R\$ 30 milhões em 2008 para R\$ 84,24 milhões em 2011. Contudo, ao final do período analisado os valores desses investimentos cresceram um total real de 70%, ficando em torno de R\$ 51,14 milhões em 2013, contra um crescimento de 51% da Receita Líquida, que atingiu R\$ 7,66 bilhões.

No que se referem aos Investimentos em programas e/ou projetos externos observa-se que houve um aumento progressivo até 2011, atingindo um crescimento de 389% em relação a 2008, em valores absolutos corresponde a um aumento de R\$ 17,36 milhões para R\$ 84,83 milhões. Todavia, o crescimento real até 2013, quando comparado a 2008 foi de apenas 25%, chegando a cerca de R\$ 21,73 milhões.

4.4. Índices de Análise do Balanço Social

A análise por meio de índices permite avaliar a relação entre os valores investidos em cada tipo de indicadores sociais e o total destinado a investimentos em Responsabilidade

Social Corporativa (RSC), e destes com as bases de cálculo apresentadas no Balanço Social (Receita Líquida, Resultado Operacional, Folha de Pagamento Bruta). Com o intuito de fornecer uma melhor interpretação, a análise foi segregada por tipos de índices, conforme segue abaixo:

Tabela 4 – Grau de Participação da Receita Líquida de Vendas e Resultado Operacional

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
GPRV 1	49,98%	55,23%	55,97%	57,18%	29,28%	22,45%
GPRO 2	59,53%	51,59%	44,08%	46,64%	92,88%	97,19%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

O índice GPRV demonstra quanto foi investido em Responsabilidade Social em relação aos valores obtidos de Receita Líquida. Observa-se que em 2008 o percentual era de quase 50% da receita, chegando a 57,18% em 2011. Contudo, nos anos de 2012 e 2013 houve uma significativa redução desse percentual, de forma que os valores de investimentos sociais caíram de R\$ 3,76 bilhões em 2011 para R\$ 1,71 bilhões em 2013, ao passo que a RL cresceu de R\$ 6,58 bilhões para R\$ 7,64 bilhões no mesmo período.

O segundo índice busca estimar quanto de retorno os investimentos em RSC tem gerado em termos de Resultado Operacional (RO). Analisando-se os valores do GPRO percebe-se que apresentam comportamento contrário ao Índice 1, diminuindo de 59,53% em 2008 para 46,64% em 2011, mas crescendo expressivamente para 97,19% no último ano, em que o RO ficou em torno de R\$ 1,67 bilhões. Contudo, percebe-se que o aumento do índice foi ocasionado pela diminuição dos valores investidos em RSC e não pelo aumento do Resultado Operacional em função de maiores investimentos em Responsabilidade Social.

A Tabela 5 apresenta os índices que demonstram o percentual de cada tipo de indicador (sociais internos, sociais externos e ambientais) no total investido em RSC.

Tabela 5 – Grau de Participação dos Indicadores Sociais e Ambientais

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
GPIS 3	5,87%	4,40%	4,23%	4,68%	8,38%	10,51%
GPIS 4	92,26%	94,32%	93,47%	90,83%	88,09%	85,24%
GPIS 5	1,87%	1,28%	2,30%	4,49%	3,53%	4,25%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

Verifica-se que a maior parte dos investimentos em RSC, em torno de 91% no período analisado, é proveniente dos recursos destinados aos ISE (GPIS 4), que são compostos, em sua maioria, pelos valores de Tributos (excluídos os encargos sociais), conforme verificado quando da análise do Tópico 4.2. Contudo, observa-se um crescimento dos outros indicadores, em que o GPIS 3 (ISI) aumentou de 5,87% em 2008 para 10,51% em 2013 e o GPIS 5 (IA) evoluiu de 1,87% para 4,25% no mesmo período.

Na Tabela 6 apresenta-se os índices relacionados aos ISI, em que o RISI 6 demonstra quanto dos recursos relacionados aos indicadores internos pertence aos indicadores laborais (encargos sociais compulsórios e participação nos lucros e resultados), ao passo que o RISI 7 apresenta o percentual destinado à remuneração indireta (educação, cultura, saúde e etc.).

Tabela 6 – Relação dos Indicadores Sociais Internos

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RISI 6	51,84%	58,11%	57,71%	61,43%	62,60%	68,02%
RISI 7	48,16%	41,89%	42,29%	38,57%	37,40%	31,98%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

Os valores da tabela anterior mostram que houve um aumento da participação das obrigações legais no total dos investimentos em Responsabilidade Social Interna, evoluindo de 51,84% (R\$ 76,89 milhões) para 68,02% (R\$ 122,56 milhões) de 2008 a 2013. Em

contrapartida, ocorreu diminuição dos recursos aplicados de forma voluntária para o benefício dos colaboradores, reduzindo de um total de R\$ 71,44 milhões em 2008 para R\$ 57,63 milhões em 2013, uma queda percentual de aproximadamente 19%.

Os índices da tabela a seguir demonstram a composição dos valores investidos em Responsabilidade Social Externa:

Tabela 7 – Relação dos Indicadores Sociais Externos

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RISE 8	87,37%	95,54%	92,83%	95,22%	92,42%	77,30%
RISE 9	12,63%	4,46%	7,17%	4,78%	7,58%	22,70%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

Os percentuais do RISE 8 demonstram que a maior parte desses recursos refere-se aos valores pagos de Tributos (excluídos os encargos sociais), variando em torno de uma média de 92,68% de 2008 a 2012, apresentando o menor percentual em 2013 (77,30%). Já os recursos investidos em Contribuições Voluntárias para a Sociedade, as quais se referem aos programas de incentivo ao esporte, à cultura e à educação, dentre outros, representam em média apenas 7,32% dos indicadores externos nos cinco primeiros anos, atingindo um percentual maior em 2013 de 22,70%.

Confrontando os valores brutos tem-se um total de R\$ 1,13 bilhões pagos de Tributos em 2013 contra R\$ 331,68 milhões destinados a programas sociais de benefício à sociedade. Essa distribuição demonstra que a parcela de recursos empregada pela empresa em ações sociais ainda é reduzida. Todavia, é preciso ponderar que a arrecadação tributária também favorece a sociedade na medida em que financia o Estado no desenvolvimento do bem comum, ainda que não se trate de ação voluntária da empresa.

No que diz respeito aos indicadores ambientais a Tabela 8 apresenta os índices que demonstram sua composição:

Tabela 8 – Relação dos Indicadores Ambientais

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RISA 10	63,35%	54,00%	61,32%	49,82%	68,13%	70,18%
RISA 11	36,65%	46,00%	38,68%	50,18%	31,87%	29,82%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

De acordo com o RISA 10 é possível identificar que os investimentos feitos em infraestrutura ou programas que visam reduzir os possíveis danos causados pela operação da empresa ao meio ambiente cresceram de 63,35% do total de recursos aplicados em Responsabilidade Ambiental em 2008 para 70,18% em 2013.

Por outro lado, o RISA 11 indica que os investimentos feitos em programas ambientais que buscam beneficiar o meio ambiente de forma geral, não se restringindo ao local de sua atuação, apresentaram uma redução de 36,65% para 29,82% de 2008 a 2013, apesar de terem atingido um percentual de 50% em 2011. Dessa forma, verifica-se que a maior parte dos investimentos ambientais refere-se a projetos que estão relacionados a minimizar os riscos gerados pela atividade da empresa ao meio ambiente.

A análise dos índices abaixo permite avaliar de uma forma mais ampla que parcela do total dos recursos apresentados no Balanço Social refere-se ao que empresa gasta em função de obrigações legais e sociais e o que ela efetivamente investe em Responsabilidade Social.

Tabela 9 – Relação dos Indicadores Compulsórios e Voluntários

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RICV 12	83,65%	92,67%	89,21%	89,36%	86,66%	73,04%
RICV 13	16,35%	7,33%	10,79%	10,64%	13,34%	26,96%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

O RICV 12 mostra que mais de 80% dos recursos estão relacionados com gastos compulsórios entre 2008 e 2012, havendo relativa diminuição em 2013 para 73,04%. Complementarmente, os valores do RICV 13 indicam que os investimentos direcionados a ações voluntárias de beneficiamento da sociedade e do meio ambiente apresentaram crescimento em 2013, atingindo participação de 26,96%. Conforme verificado ao analisar o Gráfico 3 e a Tabela 7, pode-se atribuir esse crescimento ao aumento das Contribuições para a Sociedade. Contudo, esse percentual foi bem inferior nos anos anteriores e não chega a 30% do total de investimentos em RSC no último ano, em que obteve seu maior índice.

Por fim, os índices da Tabela 10 demonstram a relação entre os indicadores laborais e as outras bases de cálculo do balanço social (RL e RO):

Tabela 10 – Relação dos Indicadores Laborais

Índices	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RIL 14	7,22%	4,48%	4,19%	5,34%	5,18%	5,16%
RIL 15	0,99%	1,42%	1,38%	1,55%	1,60%	2,09%

Fonte: Elaborada pela autora (2015).

O RIL 14 apresenta a relação entre Folha de Pagamento Bruta (FPB) e a Receita Líquida de Vendas (RLV), demonstrando quanto desta tem sido utilizado para remunerar os colaboradores da empresa de forma direta. Percebe-se que houve uma diminuição dessa relação, pois o índice caiu de 7,22% em 2008 para 5,16% em 2013, chegando a 4,19% em 2010, indicando que as despesas com FPB não tiveram crescimento proporcional à evolução dos valores de RLV.

Os percentuais do RIL 15, por sua vez, demonstram quanto do Resultado Operacional da empresa tem sido destinado para remunerar os funcionários por meio de Participação nos Lucros ou Resultados. Nota-se que houve uma crescente evolução dessa participação, aumentando de 0,99% para 2,09% de 2008 a 2013. Ainda assim, esses valores são inexpressivos.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa teve como objetivo avaliar o desempenho social da Endesa Brasil S.A. no período de 2008 a 2013, analisando a evolução dos indicadores sociais e ambientais apresentados nos Balanços Sociais dos respectivos anos, os quais demonstram os valores investidos em ações, projetos e programas relacionados à política de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da empresa.

Para realizar essa análise calculou-se a variação percentual dos valores brutos dos indicadores de cada ano em relação ao ano inicial do período estudado; os percentuais de participação de cada indicador nos valores de Receita Líquida (RL) de cada ano; e os índices que permitem analisar as relações dos diversos indicadores entre si e destes com os valores de Receita Líquida, Resultado Operacional (RO) e Folha Bruta de Pagamento (FPB).

Com base nos valores calculados conclui-se que os indicadores com maior representatividade ao longo do período foram Encargos Sociais Compulsórios, Participação nos Lucros ou Resultados e Tributos (excluídos encargos sociais), destacando-se este último como o mais significativo. Dessa forma, compreende-se que a maior parte dos recursos destinados pela empresa a atividades de Responsabilidade Social estão relacionados ao cumprimento de obrigações legais, em detrimento das contribuições voluntárias ao meio ambiente e à sociedade.

De acordo com o índice GPIS 4 a maior parte dos investimentos em Responsabilidade Social, em torno de 91% no período analisado, é proveniente dos recursos destinados aos

Indicadores Sociais Externos, os quais são muito influenciados pelos tributos, conforme citado anteriormente.

Complementarmente, a análise do índice RICV 12 mostrou que mais de 80% dos recursos apresentados nos Balanços Sociais estão relacionados com gastos compulsórios entre 2008 e 2012, havendo relativa diminuição em 2013 para uma participação de 73,04%.

Os valores de Receita Líquida apresentaram crescimento expressivo no período em estudo, o qual foi acompanhado pelo aumento dos valores de encargos sociais e distribuição de participação nos lucros ou resultados. Contudo, os valores de Tributos (excluídos encargos sociais) apresentaram diminuição significativa, impactando o valor dos investimentos totais em Responsabilidade Social, os quais tiveram redução de R\$ 2,04 bilhões em 2008 para R\$ 1,13 bilhões em 2013.

Apesar de ser o grupo com menor representatividade, os indicadores ambientais apresentaram aumento percentual expressivo ao longo dos anos destacando-se os investimentos relacionados a programas e/ou projetos externos, que cresceram até 389% em 2011. Todavia, apesar do crescimento significativo desses indicadores, seus valores brutos são muito baixos quando comparados aos valores de Receita Líquida anuais, representando apenas 2,57% desta em 2011, ano em que foi registrado o maior percentual de participação desses indicadores na RL.

No que diz respeito à relação entre a evolução dos investimentos em RSC e do desempenho econômico da empresa verifica-se que apesar da Receita Líquida ter crescido de R\$ 5,06 para R\$ 7,64 bilhões de 2008 para 2013, cerca de 51,01%, o Resultado Operacional não teve aumento proporcional, apresentando crescimento de R\$ 1,50 para R\$ 1,67 bilhões, apenas 10,75%. Em contrapartida, os valores totais de investimentos em RSC diminuíram, em função da redução dos recursos pagos em Tributos (excluídos encargos sociais).

Dessa forma, entende-se que o crescimento da Receita Líquida não foi alavancado por maiores investimentos em Responsabilidade Social Corporativa. Além disso, constata-se que o aumento do índice GPRO (Grau de Participação do Resultado Operacional) de 59,53% em 2008 para quase 100% em 2013 foi ocasionado pela diminuição dos valores de RSC para valores próximos aos de Resultado Operacional e não por conta de aumento no RO devido a crescimento dos investimentos em Responsabilidade Social.

O estudo limita-se à análise dos indicadores quantitativos apresentados nos Balanços Sociais da Endesa Brasil S.A. Portanto, sugere-se que sejam realizados outros estudos, tanto dos anos compreendidos no presente estudo como de anos futuros, que englobem a análise dos indicadores qualitativos, relacionados às informações do corpo de funcionários e outras informações relevantes sobre como são implementadas as práticas de Responsabilidade Social Corporativa pela empresa.

REFERÊNCIAS

ATHAR NETO, Jayme Marcos Aben. Modelo para análise do balanço social: o caso Azaléia. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 51-62, jul./dez. 2006.

BNDES, BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Empresas, responsabilidade corporativa e investimento social – uma abordagem introdutória. Relatório setorial 1**. Rio de Janeiro: AS/GESET, mar. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Balço social e outros aspectos da responsabilidade corporativa. Relatório setorial 2.** Rio de Janeiro: AS/GESET, mar. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social02.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 200 p.

BOATRIGT, John R. **Ethics and The Conduct of Business:** Pearson New International Edition. 7. ed. New Jersey, 2013. 352 p. Disponível em: <<https://files.pearsoned.de/ps/ext/9781292036052>>. Acesso em: 13 out. 2014.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social:** efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 2001. 254f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CARROLL, Archie B. The Pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, Indiana, v. 34, n. 4, p. 39-48, jul./aug. 1991. Disponível em: <<http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/dunnweb/rprnts.pyramidofcsr.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

CUSTÓDIO, Ana L. M. e MOYA, Renato. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade.** 1. ed. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. 43 p. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/guia-de-elaboracao-do-balanco-social-versao-2007/#.U_9EnsVdV8Y>. Acesso em: 25 jul. 2014.

SOARES, Gianna Maria de Paula. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a07.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

ETHOS, Instituto. **Responsabilidade social das empresas** — percepção e tendências dos consumidores brasileiros. São Paulo, dez. 2000.

_____. **O balanço social e a comunicação da empresa com a sociedade.** São Paulo, jun. 2007. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-b650_Bal_Soc_e_a_Comun_da_Empr_com_a_Soc_5edi.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade.** São Paulo, jun. 2007. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/guia-de-elaboracao-do-balanco-social-versao-2007/#.U_9EnsVdV8Y>. Acesso em: 25 jul. 2014.

GARAY, Angela Beatriz Busato Scheffer. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações? **Revista de Administração**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 6-14, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=Z706VK-gGauj8wez4DQCg#q=Voluntariado+Empresarial%3A+Modismo+ou+Elemento+Estrat%C3%A9gico%3Ffile:///C:/Users/Larissa%20FS/Downloads/v3603006.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOLANDA, Allan Pinheiro; CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; DE OLIVEIRA, Joana D'Arc; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Investimentos em Responsabilidade Social: Análise Comparativa das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos e não Concessionárias Listadas no ISE, da BM&FBovespa. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 26-34, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1240/1167>>. Acesso em: 19 out. 2014.

IBASE. Home. **Balanco Social**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 794 p.

LEVITT, Theodore. The dangers of social responsibility. **Harvard Business Review**, Estados Unidos, p. 41-50, set./out. 1958. Disponível em: <<http://businessethics.qwriting.qc.cuny.edu/files/2012/01/Levitt.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. 1984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n4/v24n4a30.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Marcos Antonio; PIMMEL, Rochele Medeiros. Análise de desempenho econômico e social: estudo do balanço social de empresas brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/515/pdf_41>. Acesso em: 28 jul. 2014.

THE WORLD BANK. **Public sector roles in strengthening corporate social responsibility: a baseline study**. Washington, 2002. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2002/10/6485009/public-sector-roles-strengthening-corporate-social-responsibility-baseline-study>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.